

UMA HISTÓRIA CULTURAL DA CIÊNCIA?

*A cultural history of science?*Diogo da Silva Roiz¹

CONDÉ, Mauro Lucio Leitão. (org.) *Ciência e Cultura na História*. Belo Horizonte/MG: Argvmentvm, 2006, 112p.

Os horizontes metodológicos e conceituais da história cultural parecem, cada vez mais, transpor barreiras e limitações. Não é por acaso, que diversos estudos no Brasil, baseiam-se nas definições de ‘cultura histórica’, ‘cultura política’, ‘cultura historiográfica’, ‘cultura material (e imaterial)’, ‘cultura escolar’ e ‘cultura social’. Diante dos jargões especializados parece ser ainda possível pensar em uma ‘cultura científica’. Por isso mesmo, a maioria dos programas de pós-graduação em História, e no campo das Ciências Sociais, vêm tendo o cuidado teórico e metodológico de indicar aos ingressantes as principais características, leituras, conceitos e métodos utilizados em suas respectivas linhas de pesquisa, por meio de conferências, congressos, artigos e livros, que visam informar como foram fixados seus campos e abordagens. Isso é o resultado direto da consolidação dos estudos pós-graduados no país, e da profissionalização das áreas de pesquisa. Contudo, devemos nos questionar se nesse processo de definição de identidades entre os programas não acabaria fixando uma homogeneização de procedimentos, cujos vínculos a órgãos de fomento, não estaria apenas evidenciado o que se estabeleceria como aceito e aquilo que não seria. Por outro lado, igualmente importante seria nos questionarmos se esse processo não limitaria a criatividade, a inovação, as descobertas, que seriam partes constituintes do exercício de pesquisa e interpretação dos dados.

O livro, *Ciência e cultura na História*, organizado pelo professor Mauro Lúcio Leitão Condé, caminha nessa direção, ao procurar evidenciar os resultados da linha de pesquisa *História da Ciência*, coordenada pelos professores do programa de pós-graduação em História da UFMG, que estão reunidos no grupo *Scientia: grupo de teoria e história da Ciência*. Os trabalhos aqui apresentados dão continuidade às pesquisas publicadas, em 2005, no livro *Ciência, História e Teoria*.

Nesse novo trabalho, Mauro Lúcio teve o cuidado de apresentar, na introdução do livro, as principais características dos estudos de História da Ciência produzidos no Brasil e no exterior. Destaca a abordagem multidisciplinar, que o campo de pesquisa permite, e as formas com que o pesquisador deve tratar o tema, na medida em que os fenômenos naturais acabam, em muitos casos, sendo ‘descritos’ e não ‘analisados’, dado a sua peculiaridade em relação aos fenômenos sociais. De acordo com ele:

A crença grega de que existe uma inexorabilidade do comportamento da natureza [...] patrocinada por algum tipo de ordem [...] ou essência presente nela, constituiu o

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do CNPq. Mestre em História pela UNESP, Campus de Franca. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambá. E-mail: simoneoliveir@yahoo.com.br

fundamento da idéia de ciência [...]. A modernidade, ainda que tenha trazido inúmeras inovações na sua concepção de ciência [...] reafirmou, com eficácia extraordinária, essa idéia de inexorabilidade do comportamento da natureza (leis naturais) [...]. Quando as ciências humanas surgem no século XIX – a partir de demandas sociais daquela constituição social, política e econômica – tiveram que partir da metodologia da física. Contudo, o fenômeno humano parecia ser algo muito mais amplo do que o enquadramento proposto pela ‘física social’. Assim, as ciências humanas tiveram que percorrer um longo caminho em busca de uma metodologia que refletisse a especificidade do fenômeno humano (2006, p. 8-9).

Com isso, o campo da história da ciência permaneceu como um local híbrido, diante da especificidade com que cada fenômeno estava sendo abordado. Para ele, estariam consignadas nesta questão (e em seu desacordo), as obras de Ludwik Fleck, Thomas Kuhn e Ludwig Wittgenstein, em função de proporem caminhos para se estudar a história da ciência, tendo em vista o ambiente cultural específico de cada época, em que o cientista, ou a comunidade, viveu e trabalhou.

Foi seguindo essas pistas que os autores dos quatro ensaios deste livro procuraram abordar a história da ciência. No primeiro, *A sedução da etnografia da ciência*, Renan Springer de Freitas se deteve em percorrer o itinerário deste campo e em inquirir as suas contribuições para o entendimento da ciência e da escrita de sua história ao longo do tempo. Ao comparar o método expositivo de E. H. Gombrich, em *Arte e Ilusão*, com a obra de Thomas Kuhn *A estrutura das revoluções científicas*, este indicará que Gombrich teria sido mais kuhiano que o próprio Kuhn, ao demonstrar “o processo por meio do qual estilos de representação pictórica se formam e evoluem”, imprimindo entre seus praticantes técnicas e modelos específicos para representarem os fenômenos sociais, e também a natureza. Para ele, Gombrich exemplificaria a formação de uma comunidade artística, certa padronização no uso de métodos e estilos entre seus praticantes, e a maneira como esse conjunto de regras se propagavam no tempo e no espaço, e como eram criticadas, recusadas, e, em seu lugar, eram formadas outras. Além desse exemplo, o autor se estenderia sobre o debate entre Simon Schwartzman e Bruno Latour a respeito do sítio arqueológico de Roraima, no qual cientistas procuravam identificar o modo como ocorria o crescimento das florestas, novamente procurando explorar de que forma a comunidade científica age de acordo com certos paradigmas. Como procurou ressaltar, essa forma de agir não se limitaria ao campo da ciência, mas se estenderia em várias áreas, como o da produção artística. E conclui que:

Receio que este Gombrich mutilado, que acabo de inventar, seja o protótipo do etnógrafo da ciência. Afinal, trata-se de um estudioso da arte que, se um dia viesse a se interessar por ciência, por-se-ia a atirar a esmo, documentando toda sorte de prática científica, sem perceber que é imprescindível identificar o que há de peculiar a essas práticas que as tornam indispensáveis para que algo digno de nota, como a emergência de um novo problema e/ou a revisão de um determinado estado de conhecimento, venha a acontecer na ciência (p. 38).

No segundo texto, *Entre febres, papudos e brejais*, Anny Jackeline Torres Silveira empreende uma análise de como a capital mineira mudou seus hábitos e locais de construção, dando destaque ao modelo de planejamento total da nova capital mineira. Para isso, toma como base o surto da febre espanhola de 1918, com vistas a reconstituir o imaginário de salubridade e de progresso que foram apreendidos, em torno da cidade de Belo Horizonte. Ao identificar os diferentes atores sociais do período e a maneira com que foram trabalhados e discutidos pela historiografia, a autora refaz os elementos fundamentais, que deram base a formação daquele imaginário social, de higienização e progresso, construído a partir do discurso científico da época.

No terceiro, *História do pensamento histórico*, José Carlos Reis procurou refazer a trajetória do conceito de liberdade na obra de Karl Marx (1818-1883). Para isso, volta-se para a genealogia do conceito na história da filosofia, em que identifica, com base no *Dicionário filosófico* de N. Abbagnano três tendências principais, a saber: a) a liberdade como autodeterminação, como autocausalidade; b) a liberdade como autodeterminação de uma totalidade superior a qual o homem pertence; c) e a liberdade como possibilidade de eleições, na qual é finita e condicionada. Diante desse processo, destaca os itinerários de Santo Agostinho, Kant e Hegel, de um lado, e de Spinoza e Engels, de outro, com o objetivo de indicar a especificidade com que Marx definiu, ainda que esporadicamente, o conceito de liberdade em sua obra, e as principais leituras e obras que se baseou, ao entender a liberdade como um processo ‘condicionado’ aos indivíduos.

No quarto e último ensaio do livro, *Recepção e hermenêutica do texto técnico-científico*, Júlio César Vitorino analisa as principais características e dificuldades em se entender um texto clássico no campo científico, concluindo que “realmente a interpretação do texto técnico-científico, como a do texto literário em geral, não pode se basear em um modelo unívoco e estável” (p. 106). Em sua interpretação, detém-se, principalmente, nas obras de Heidegger, Gadamer, Hirsch, Habermas e Derrida, para contextualizar e dar sustentação a suas observações.

Portanto, além de apresentar o campo de estudos da linha de pesquisa em *História da Ciência* do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), este livro também revela parte significativa dos estudos e debates que têm sido efetuados sobre a *História da Ciência*, com o fim de encontrar novos caminhos para escrever a sua história. De igual modo, todos os autores procuraram destacar a importância da especificidade cultural de cada época, para se explicar as tomadas de decisão do(s) indivíduo(s) e do(s) grupo(s). Ao mesmo tempo, os textos demonstram uma tensão entre os autores e modelos mais utilizados na atualidade para pensar e escrever a História da Ciência, e as limitações que estão condicionados, o que levaria a formação de questionamentos e a procura de outras referências. Nesse sentido, mesmo que indiretamente, os textos demonstram como existe a fixação de certos paradigmas entre as comunidades científicas, até o ponto de homogeneizar referências e indagações, e como ao chegar a certo limite operacional, esses mesmos paradigmas são questionados, superados, e, em seu lugar, definidos outros. No entanto, fica aqui, talvez, uma questão crucial a ser pensada: será possível entender todas as mudanças (e permanências) de comportamento e de atitudes dos cientistas em suas experimentações ao longo do tempo, reduzindo-as as ‘circunstâncias culturais da época’?